

Reconfiguração de Política Cultural em Política Curricular: aspectos metodológicos de investigação sobre os Painéis Funarte de Regência Coral (1981-1989)

Manoel Câmara Rasslan
UFMS/Observatório de Cultura Escolar¹
camaraviva@gmail.com

Resumo: O presente texto tem como objetivo apresentar os aspectos metodológicos que orientaram pesquisa de doutorado concluída, cujo objeto de investigação foram os Painéis Funarte de Regência Coral, no período de 1981 a 1989. Esses Painéis estavam sintonizados com a política cultural do governo brasileiro e tinham como objetivo a formação e aperfeiçoamento de regentes corais na perspectiva de estimular e desenvolver o canto coral no país. O desenho teórico-metodológico que deu forma a esta investigação estava delineado, de um lado, pela perspectiva das sociologias da cultura e crítica do currículo e, de outro, pela pesquisa bibliográfico-documental, acrescida das técnicas do estudo comparado. Este último orientado/organizado em torno de quatro áreas de comparação, a saber: regência coral, canto, metodologia e técnica de ensaio, e coro como espaço de educação musical. A eleição dessas áreas foi conduzida pela percepção do cruzamento dos campos artístico e educativo, que revelaram as orientações acerca dos processos de seleção e distribuição dos conhecimentos musicais na formação do regente junto aos coros brasileiros. Em conclusão, revelou-se que os conteúdos selecionados e distribuídos para a formação do regente coral manifestaram a hegemonia de processos próprios da música erudita, aplicados à música folclórica e popular. Neste contexto, a forma escolar apresentou-se como principal estratégia de conversão da política cultural em curricular, expressão do controle na seleção e distribuição de conhecimento musical.

Palavras chave: Política Cultural, Política Curricular, Canto Coral.

Notas Introdutórias

Este texto tem a finalidade de refletir sobre os aspectos metodológicos que nortearam pesquisa de doutorado, que teve como objeto os Painéis Funarte de Regência Coral, de 1981 a 1989, que se configuraram em uma das ações do Projeto Villa-Lobos,

¹ Esta comunicação resulta de tese de doutorado produzida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, dentro da Linha de Pesquisa Escola Cultura e Disciplinas Escolares, vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas Observatório de Cultura Escolar.

desenvolvido pelo Instituto Nacional de Música da Fundação Nacional de Arte – INM/FUNARTE. Esses Painéis tinham como objetivo o desenvolvimento do canto coral no Brasil, estabelecendo como foco a formação de regentes que atendessem à demanda por profissionais para atuarem frente aos coros brasileiros, nas mais diversas regiões do país e que, em consequência permitisse a criação e o desenvolvimento de coros que se estabelecessem como centros irradiadores da prática e distribuição de conhecimento musical.

Alguns fatores foram determinantes para a criação da Fundação Nacional de Arte - FUNARTE. A implantação do Programa de Ação Cultural – PAC, instituído no Ministério de Educação e Cultura, em 1973, vinculado ao Departamento de Assuntos Culturais daquele Ministério, cujo orçamento era destinado à “tarefa de levar a todos os brasileiros uma cultura acessível” (FUNARTE, 1979, p.3), apresenta-se como o embrião daquela Fundação.

O PAC tinha como objetivos o estímulo à produção cultural e artística, bem como à preservação do patrimônio cultural brasileiro, que só se concretizariam com uma infraestrutura que aparelhasse com espaços físicos, materiais e equipamentos, e também com o desenvolvimento de recursos humanos com formação necessária à promoção das ações culturais propostas para as mais variadas regiões brasileiras. Segundo Botelho (2001), um diagnóstico prévio da precariedade da infraestrutura, naquele momento, impedia o acesso de todos aos bens culturais, tais como a música.

Rodrigues (1996) refere-se às ações do Programa de Ação Cultural – PAC, como “Movimentação Cultural” que procurou interiorizar eventos culturais, a exemplo de peças teatrais e apresentações musicais. Sobre os problemas encontrados pelo país, naquela época, a autora aponta:

À medida em que os grupos musicais e orquestras viajavam pelo país, constatou-se, em várias regiões brasileiras, a necessidade do oferecimento de cursos de reciclagem e de aperfeiçoamento de músicos, bem como a ausência de bons instrumentos musicais; não tanto de bons instrumentistas e músicos, mas de instrumentos adequados para a utilização dos profissionais. (RODRIGUES, 1996, P. 42).

Portanto, foi da perspectiva de superação de problemas para o desenvolvimento da área cultural, alguns deles diagnosticados durante a realização das ações do PAC, que surgiu a necessidade da existência de um órgão, dentro do Ministério de Educação e Cultura, que se responsabilizasse pelo incremento da área e a operacionalização da política estabelecida. Segundo Botelho (2001) são estas as razões apresentadas para a criação da FUNARTE.

A política cultural estabelecida pelo governo brasileiro a partir de 1975 permite entender, conseqüentemente, a criação da Fundação Nacional de Arte – FUNARTE, como seu órgão executor, através da Lei 6.312 de 16 de dezembro de 1975, com início de funcionamento marcado em 16 de março de 1976. Entre as atribuições do órgão encontramos o apoio às “instituições culturais oficiais ou privadas que visem ao desenvolvimento artístico nacional” (FUNARTE, 1979, p.3).

A formação de recursos humanos para a área cultural vincula-se às diretrizes da FUNARTE, no sentido de estimular o aumento de consumidores culturais e artísticos. Nesse sentido, Rodrigues (1996), aponta que “o estímulo à produção, à criação artística não faria qualquer sentido se não estivesse acompanhado do estímulo à formação de um público consumidor significativo.” (RODRIGUES, 1996, P. 59).

Diante disso, se faz necessário compreender a situação dos setores político e cultural do país no momento histórico representado pela década de 1970. Em investigações anteriormente realizadas por Rodrigues (1996); Botelho (2001); e Silva (2001), é atribuída, como justificativa para o interesse do governo pela área cultural, a perspectiva de abertura política que começava a ser articulada dentro do regime militar. Portanto, o estabelecimento de políticas específicas para a área cultural, principalmente no que se refere à produção artística, era “uma tentativa do governo de ‘degelo’ em relação aos intelectuais e aos artistas, um governo que procurava e precisava de apoio e sustentação para o próprio sistema.” (RODRIGUES, 1996, p. 40).

Ao estabelecer a relação entre o apoio do governo à área cultural e seu interesse pela abertura política, Botelho (2001) aponta para a formulação de uma Política Nacional de Cultura, em 1975, e confirma: “nada mais simpático e significativo de abertura do que a área

cultural que, com baixo investimento de recursos, traz um retorno imediato, já que a classe artística é uma importante formadora de opinião. (BOTELHO, 2001, p. 70).

A partir das considerações até aqui apresentadas, dois aspectos devem ser ressaltados como importantes para as análises que foram propostas pela pesquisa realizada. Primeiramente a condição da FUNARTE como instituição criadora de “necessidades culturais”, uma vez que a existência de uma população com baixo capital cultural para o acesso à produção artística, necessitava de ação educativa capaz de superar o que era visto, pela Política Nacional de Cultura, aprovada e publicada em 1975, como problema para o desenvolvimento da sociedade brasileira. Entre os argumentos de defesa constantes do documento mencionado encontramos:

O atual estágio do desenvolvimento brasileiro não pode dispensar a fixação de objetivos culturais bem delineados. O desenvolvimento não é um fato de natureza puramente econômica. Ao contrário, possui uma dimensão cultural que, não respeitada, compromete o conjunto. A plenitude e a harmonia do desenvolvimento só podem ser atingidas com a elevação da qualidade dos agentes do processo que a integram (MEC, 1975, p. 9).

O segundo aspecto diz respeito à arbitrariedade com que as políticas culturais são implantadas. Nesse sentido, entendemos política cultural como ato arbitrário de escolha de área e/ou atividade a ser privilegiada no campo social, com a intenção de mudança de comportamento. As dificuldades em equacionar realidades, necessidades e aspirações das pessoas que compõem determinada sociedade são discutidas por Apple (2001) ao abordar a política cultural e a educação. No caso específico da Política Nacional de Cultura de 1975 ainda consideramos sua caracterização como política de governo, distante de uma política de Estado. Oliveira (2011) argumenta sobre a diferença entre as duas:

Considera-se que políticas de governo são aquelas que o Executivo decide num processo elementar de formulação e implementação de determinadas medidas e programas, visando responder às demandas da agenda política interna, ainda que envolvam escolhas complexas. Já as políticas de Estado são aquelas que envolvem mais de uma agência o Estado, passando em geral pelo Parlamento ou por instâncias diversas de discussão, resultando em mudanças de outras normas ou disposições preexistentes, com incidência em setores mais amplos da sociedade (OLIVEIRA, 2011, p. 329).

Encontramos, portanto, nosso objeto de investigação imbricado entre dois campos: o campo artístico, e o campo educativo. Consideramos o conceito de campo desenvolvido por Bourdieu (1996, 1998), configurado pelas forças dos agentes que nele atuam munidos de capitais econômico, cultural, social e simbólico, intermediados pelo *habitus*, estrutura estruturada e predisposta a funcionar como estruturante, o que permite compreender, por exemplo, a naturalidade com que se dá as escolhas em processos culturais e educativos.

No que se refere à cultura o autor citado no parágrafo anterior aponta a forma como as sociedades se organizam, revelam forças que constituem o campo social – pela ação de agentes em suas buscas por melhores posições e condições de vida. Nesse interesse diferenças sociais existentes entre indivíduos e/ou grupos de indivíduo são reveladas.

Ancorada nos aportes teóricos da sociologia da cultura e da teoria crítica do currículo, a investigação caminhou no sentido de revelar quais conteúdos foram selecionados como capazes de formar regentes, que atendessem a uma política de governo estabelecida, assim como de que forma eles foram transmitidos e legitimados no interior dos Painéis.

A intenção de formar regentes corais para o desenvolvimento do canto coral no Brasil nos levou a trabalhar com a hipótese de que os Painéis Funarte de Regência Coral, expressão de política cultural, se estabeleceram como política curricular, pela seleção de conhecimento e forma de distribuição dos mesmos.

Entre o Campo Artístico e o Campo Educativo

Sintonizado com a política cultural do Governo, desde o início da organização e implantação da FUNARTE, estava o Instituto Nacional de Música - INM. Nesse sentido, o Projeto Villa-Lobos/INM estabeleceu metas para a formação e desenvolvimento do canto coral no país, estimulando a formação e aperfeiçoamento de recursos humanos para a área, na perspectiva de estimular a constituição de mais coros e com melhor qualidade. Encontramos nesse sentido, em relatório de atividades da FUNARTE, a seguinte justificativa:

De pouco adiantará investir na formação de novos grupos, nos encontros, nos festivais e nos concursos que visam a formação de um repertório para coro, sem que se atenda de modo muito direto, positivo e imediato àquele que é a mola propulsora de toda a atividade coral – o regente.

Daí a resolução do Projeto Villa-Lobos de promover reuniões de consulta e planejamento e cursos de reciclagem para regentes de coros infantis e adultos, com a finalidade de atualizar técnicas e abrir novas perspectivas no campo da regência coral. (FUNARTE, 1981, p. 37).

No planejamento e implantação das atividades do Projeto Villa-Lobos considerou-se a necessidade de se conhecer a realidade dos coros brasileiros, saber de suas necessidades e dificuldades e, a partir desse diagnóstico, programar, de forma sistêmica e integrada, primeiramente laboratórios corais e, num segundo momento, cursos intensivos de regência coral e técnica vocal, que eram ministrados nas cidades, dos diversos estados brasileiros.

Como critério para o atendimento à demanda por essas atividades, seriam atendidas as cidades que respondessem ao cadastramento de seus coros e regentes junto INM/FUNARTE. A necessidade de se aprofundar as discussões sobre essas primeiras iniciativas, reunindo em um só evento os profissionais interessados em canto coral e educação musical, oriundos das mais variadas regiões brasileiras, foram idealizados os Painéis Funarte de Regência Coral, para os quais convergiam as reflexões sobre o canto coral brasileiro. Com relação a importâncias desses Painéis, Lackchevitz (2006) confirma:

Antes dos painéis as pessoas [regentes] estavam sozinhas, isoladas. Ninguém sabia de ninguém. Todo mundo começava sempre do zero, fato agravado ainda mais pela grande extensão do território brasileiro. Então a primeira grande virtude dos Painéis de Regência Coral foi essa, da congregação, do intercâmbio. As pessoas identificavam muitos problemas em comum, e os discutiam entre si, em conversas informais ou em apresentações e exposições de trabalhos, numa grande reunião, em ensaios abertos ou concertos. (LAKSCHEVITZ, 2006, P. 63).

Das ações do Projeto Villa-Lobos resultou um conjunto de documentos composto por correspondências oficiais, projetos, relatórios de atividades das gestões da FUNARTE e, sobretudo, os relatórios das edições dos Painéis. Essas fontes documentais foram consideradas em nossa investigação por possibilitarem a construção dos nexos que envolveram a escolha do canto coral como área a ser estimulada, as justificativas

apresentadas para tanto, assim como o estabelecimento de estratégias empregadas para a seleção e distribuição de conhecimentos musicais.

Os Painéis foram organizados a partir de perspectivas relacionadas ao campo educativo, pela necessidade de formação de regentes corais que cumprissem com objetivos da política de cultura proposta, que visava a aproximação da população brasileira com a produção artística; assim como com o próprio campo artístico, a partir da seleção e atribuição de valor às obras musicais a serem interpretadas e divulgadas pelos grupos corais, para os quais os resultados dos Painéis convergiriam.

Os agentes do campo artístico foram identificados nas fontes documentais, a partir das justificativas apresentadas para a formação da equipe de professores do Projeto Villa-Lobos, grupo de profissionais composto por músicos vinculados às universidades, escolas de música, orquestras e coros, reunidos sob o critério de possuírem “a mais alta e expressiva atuação na música coral brasileira” (INM/FUNARTE, Relatório de Atividades do Projeto Villa-Lobos de 1977 a 1980).

Munido de poder sobre o conhecimento musical, pelo volume de capital cultural e simbólico, esse grupo configurou-se como o que Apple (2008) denomina de comunidade de estudiosos, *comunidade epistêmica*, responsável pela atribuição de valor ao conhecimento selecionado. Sendo assim, encontramos nos relatórios dos Painéis, orientações para uma seleção musical que abrangia, além da música erudita, uma releitura da música folclórica e da música popular brasileira. Nessa seleção encontra-se a hegemonia dos processos eruditos de composição e performance musical.

Assim, a relação entre poder de seleção e o conhecimento a ser transmitido sob a justificativa da neutralidade, configurada em conhecimento legítimo, é em si uma forma de manipulação nem sempre visível. Nesse sentido aponta para o poder exercido pelas instituições que reproduzem e tornam legítimo o sistema de desigualdade e que contam para tanto com o “papel desempenhado pelos intelectuais, como os educadores, que ocupam profissões cujo objetivo é assistir, ajudar” (APPLE, 2008, p.191).

A neutralidade das escolhas dos conhecimentos a serem legitimados pelos Painéis torna-se problemática quando confrontada com os significados atribuídos à música

apontados por Green (1997), o inerente e o delineado. Na relação entre indivíduos e músicas esses dois significados problematizam o desenvolvimento da compreensão musical. O primeiro deles, o inerente, vincula-se aos elementos da própria organização sonora traduzida em música. O segundo, o delineado, é parte da construção de sentidos que a sociedade promove com relação aos produtos de sua cultura. A estratificação e atribuição de valores para certos estilos ou gêneros musicais são exemplos do significado delineado. Assim, estilos musicais determinados podem distinguir grupos sociais e acrescentar a eles algum tipo de valor social, pela preferência que manifestam, pelo gosto.

De política cultural à política curricular

No sentido de revelar a reconfiguração de política cultural em política curricular, buscamos a seleção de conteúdos propostos como necessários para a formação de regentes, em consonância com a política cultural de governo que tinha como principal objetivo a aproximação entre a produção artística e o povo brasileiro. Nesse sentido utilizamos as técnicas do estudo comparado na análise e comparação dos dados constantes nos relatórios dos Painéis.

Os relatórios eram organizados pelo Coordenador Geral de cada Painel e, em função das diferenças observadas entre as edições do evento, não são homogêneos ao apresentarem a forma como os conteúdos foram neles abordados. Como exemplo, em algumas edições foram transmitidos em forma de cursos, em outras em oficinas. No entanto, ao relatarem as atividades executadas, os professores ministrantes informavam quais conteúdos tinham sido transmitidos.

No procedimento de comparação dos relatórios consideramos Ferreira (2009) para quem:

Comparação em Educação gera uma dinâmica de raciocínio que obriga a identificar semelhanças e diferenças entre dois ou mais fatos, fenômenos ou processos educativos e a interpretá-las levando em consideração a relação destes com o contexto social, político, econômico, cultural, etc. a que pertencem. Daí a necessidade de outros dados, da compreensão de outros discursos. (FERREIRA, 2009, p. 138).

Através do exercício de comparação construímos quatro áreas, cada uma delas relacionadas à seleção de conteúdos prescritos como fundamentais para a formação de regentes corais com perfil capaz de transformar o espaço do coro em local da experiência musical, da aprendizagem e aproximação de indivíduos e música. Apresentamos, portanto, as seguintes áreas:

1. A Regência Coral – relacionada aos conteúdos de técnica de regência, percepção musical, análise e seleção de repertório musical;
2. Canto – relacionada à técnica e expressão vocal e sua relação com gêneros e estilos musicais;
3. Metodologia e Dinâmica de Ensaio – relacionada à preparação e condução dos ensaios de coros na perspectiva de aprendizado musical;
4. Coro como Espaço de Educação e Distribuição de conhecimento – relacionada à possibilidade de ampliar a concepção do coro, para além de um grupo restrito à performance musical, em espaço de valorização do processo de aprendizagem, de estímulo abrangente às atividades relacionadas ao canto coral e, por fim, de distribuição do conhecimento ali produzido.

Essas áreas apresentam os conteúdos prescritos para a formação de regente e, ao mesmo tempo revelam a existência de um arbitrário cultural (BOURDIEU, 1996) pela criação de uma necessidade cultural, representada pelo estímulo a uma área de conhecimento, o canto coral, e toda a cadeia que ela envolve, como por exemplo: o fomento a composição de novas obras musicais para esse tipo de formação; apresentações musicais do gênero; produção de registros fonográficos, etc. Por sua vez, a sustentação dessa necessidade foi pensada na possibilidade de formação de plateia, da formação do “gosto”.

Consideramos, portanto, que os relatórios analisados permitiram compreender o processo de curricularização de conhecimentos musicais, organizados a partir de uma seleção, da cultura, indicando o que seria legitimado como música no interior dos Painéis.

Por outro lado, a transmissão desses conhecimentos permite considerações a respeito da hegemonia da forma escolar como expressão de controle sobre o que e como devia ser aprendido. Assim, embora os Painéis reunissem várias atividades que deviam ser desenvolvidas na forma de “vivências formativas”, portanto de maneira menos formal e

considerando que a experiência do aprendiz devia ser privilegiada no processo de aprendizagem, são os próprios participantes dos Painéis que reivindicam por aulas e cursos, o que indica hierarquização de conhecimentos e formalização de sua transmissão.

A forma escolar que para Vincent, Lahire e Thin (2001), está associada ao fortalecimento das práticas escriturais na sociedade moderna, sua transformação em modo de socialização dominante e que se caracteriza pelas regras a serem observadas na aprendizagem e pela organização racional de tempo e espaço onde se aprende. A forma escolar tem relação, portanto, com o INM/FUNARTE na sua proposição de conteúdos e a operacionalização de sua transmissão e apropriação.

Considerações

Nos limites deste texto procuramos relatar os aspectos metodológicos que orientaram pesquisa bibliográfico-documental realizada no sentido de compreender os nexos da política cultural transformada em política curricular em período histórico determinado. Nesse sentido, foram percebidas nos documentos analisados as intenções culturais e curriculares, que revelaram seleção de conhecimentos musicais, com objetivo de ativar o desenvolvimento do canto coral brasileiro, este último compreendido como capaz de distribuir os conhecimentos selecionados e ampliar o acesso da população aos bens culturais.

A construção das áreas de comparação a partir da análise dos relatórios do Painéis, com auxílio das técnicas do estudo comparado, permitiu a identificação dos conteúdos prescritos e curricularizados para a formação de regentes e o vínculo dos mesmos com a cultura erudita, pelo capital cultural mais valorizado, tornado natural pelo *habitus* próprio do campo artístico.

Referências

APPLE, Michel W. **Política cultural e educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Ideologia e currículo**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. Trad: Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. A gênese dos conceitos de hábitos e campo. In: _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, pp. 59-74.

BOTELHO, Isaura. **Romance de Formação: FUNARTE e Política Cultural 1976-1990**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2001.

Fundação Nacional de Arte. Relatório de atividades, 1976/1978, Rio de Janeiro: Funarte, 1979, 61 p.

_____. Relatório de Atividades, 1979/1980. Rio de Janeiro: Funarte, 1981, 76 p.

Instituto Nacional de Música da Fundação Nacional de Arte – INM/FUNARTE, Relatório do I Painel Funarte de Regência Coral, 1981. Mimeografado.

_____. Relatório do II Painel Funarte de Regência Coral, 1982. Mimeografado.

_____. Relatório do III Painel Funarte de Regência Coral, 1983. Mimeografado.

_____, Relatório do IV Painel Funarte de Regência Coral, 1984. Mimeografado.

_____, Relatório do V Painel Funarte de Regência Coral, 1985. Mimeografado.

_____, Relatório do VI Painel Funarte de Regência Coral, 1986. Mimeografado.

_____. Relatório do VII Painel Funarte de Regência Coral, 1987. Mimeografado.

_____. Relatório do VIII Painel Funarte de Regência Coral, 1988. Mimeografado.

_____. Projeto Villa-Lobos, 1979.

FERREIRA, António Gomes. O sentido da educação comparada: uma compreensão sobre a construção de uma identidade. In: SOUZA, Donaldo Bello e MARTINEZ, Silvia Alicia (ORG.), **Educação Comparada: rotas de além-mar**. São Paulo: Xamã, 2009, p. 137-166.

GREEN, Lucy. Pesquisa em sociologia da educação musical. In: **Revista da ABEM**, Salvador, nº 4, p. 25-35, 1997.

LAKSCHEVITZ, Eduardo (Org.). **Ensaio: olhares sobre a música coral brasileira**. Rio de Janeiro, Centro de Estudos de Música Coral, 2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Política Nacional de Cultura. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1975.

_____. Diretrizes para operacionalização da política cultural do MEC. Brasília, 1981.

OLIVEIRA, Dalila A. Das políticas de governo à política de Estado: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. In: **Educação e Sociedade**. Campinas: Unicamp, v.2, n.115, p. 323-337, abril/junho, 2011.

RODRIGUES, Luciana B. **A “ERA FUNARTE”: Governo, Arte e Cultura na Década de 70 no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.

SILVA, Vanderli. **A construção da política cultural no governo militar: concepções, diretrizes e programas (1974-1978)**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

VINCENT, G., LAHIRE, B. & THIN, D. Sobre a história e a teoria da forma escolar. In: **Educação em Revista**, p.7-48, jun. 2001.